

A CONSTRUÇÃO DO PROFESSOR SURDO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA CULTURAL

The construction of the deaf teacher: trajectory cultural history



Prof.ª. Dra. Flaviane Reis (UFU)

Mestra/UFSC e Doutora em Educação/UFU. Concursada pública na Universidade Federal de Uberlândia/UFU. Diretora Política Educacional e Linguística/Feneis (2021 - atual).
 Email: flavianereis@yahoo.com.br



Resumo

Esse texto demonstra uma importância sobre a construção do professor surdo dentro da sua trajetória histórica e cultural dos professores surdos que desafiam as relações de poder na Educação Superior. Os processos dos professores surdos desafiam, preocupam e geram debates sobre problemas que afetam a participação desse público em práticas das relações de poder na Educação Superior. A investigação partiu da questão: Como os professores surdos se posicionam politicamente nas relações de poder estabelecidas para a construção de suas narrativas na Educação Superior? O objetivo descrito neste artigo foi uma trajetória cultural da construção dos professores surdos na Educação Superior. Assim, os dados advieram de relatos em Língua de Sinais Brasileira, assim como do trabalho dos participantes diretos: professores surdos. Foucault (2004); Hall (2009); Bhabha (1998); Touraine (2009); Veiga-Netto (2010) embasam o conceito das relações de poder que permeia este estudo. Perlin (2003) e Ladd (2002) subsidiam o enfoque cultural. Os resultados apontam não só condições iniciais de angústia, dúvida e dificuldade, mas também a vontade de discutir mais as redes de poderes travadas cotidianamente pelos professores surdos. As identificações das narrativas confirmaram o valor do reconhecimento cultural e linguístico como estratégia das relações de poder no

contexto universitário.

Palavras chave:

Professor Surdo. História Cultural. Educação Superior. Língua Brasileira de Sinais. Relações de Poder.

Abstract

This text demonstrates the importance of the construction of the deaf teacher within their historical cultural trajectory of deaf teachers who challenge power relations in Superior Education. The processes of deaf teachers challenge worry and generate debates about problems that affect the participation of this public in practices of power relations in Superior Education. The investigation came from the question: How deaf teachers make their political stands in power relations established to the construction of their narratives at Superior Education? The objective of this article described was a cultural trajectory of the construction of deaf teachers in Higher Education. Thus, the data came from reports in Brazilian Sign Language, as well as from the work of direct participants: deaf teachers. Foucault (2004); Hall (2009); Bhabha (1998); Touraine (2009); Veiga-Netto (2010); underlie the concept of power relations that permeate this study. Perlin (2003); Ladd (2002) subsidize with the cultural focus. The results point to not only initial conditions of anguish, doubt and difficulty, but also to the desire to further discuss the networks of powers held daily by deaf teachers. The identifications of the narratives confirmed the value of cultural and linguistic recognition as a strategy for power relations in the university context.

Key Words

Deaf Teacher. Cultural History. Higher Education. Brazilian Sign Language. Power Relations.



**LEIA EM LIBRAS ACESSANDO O
QR CODE AO LADO OU O LINK**

<https://www.youtube.com/channel/UCosR0a-gJVuVT-26VxiR3cTQ>

Canal do DDHCT INES no YouTube



INTRODUÇÃO

Este discurso movido pelo ser surdo em nós requer o acolhimento da diferença ou, simplesmente, compreender nosso ser surdo. Definir nossa subjetividade de alto a baixo na decisão de ser surdo, uma decisão de quem pode realmente dizer: Eu sou surdo.

Perlin e Reis

A trajetória histórica e cultural que o professor surdo construiu ao longo do tempo é descrita nesse capítulo, o qual explica a trajetória histórico-cultural discutindo as relações de poder e, conseqüentemente, a rede de poderes em que vivemos. Foucault (2004) entende “poder” como uma prática social atrelada ao conjunto de relações sociais. Essas relações de poder não se restringem ao governo, mas a toda a sociedade através de um conjunto de práticas essenciais à manutenção do estado, moldando assim no professor surdo, seus comportamentos, atitudes e discursos.

Esse capítulo discute “a história cultural de Michel Foucault”, em que busco mapear e identificar a construção que os professores surdos moldaram, pois poderá acontecer uma transformação da história cultural na Educação Superior, tentando, a partir de Foucault, construir uma interpretação da história. O importante é perceber: a relação entre Foucault e os professores surdos; conquistas e fracassos de resistência e resiliência; a influência de Foucault - e a perspectiva narrativa cultural sobre os professores surdos na Educação Superior.

Ao analisar a minha trajetória histórica e cultural nos últimos quinze anos, a partir das minhas vivências de lutas, percebo que, no começo da minha inserção na associação dos surdos em 1992 e que até hoje perdura o mesmo discurso sobre cultura, identidade e diferença, entendo que isso ocorreu alicerçado nos Estudos Culturais, História cultural, Antropologia Cultural e na Sociologia da Cultura. Assim, Burke (2001) assinala que haveria, hoje, um momento de efervescência dos chamados Estudos Culturais; no entanto, aponta para a fragmentação desses estudos e para a dificuldade em definir o que é “cultura”. Nesse capítulo, apresento como o professor surdo construiu sua trajetória histórico-cultural. Vê-se que a história sempre foi atrelada à cultura; era considerada uma riqueza e pairava no ar enquanto uma unidade transcendente, deslocada da economia, da política e das relações de poder que constituem o sujeito surdo como diferente na história cultural, segundo Chartier (1990), uma história cultural que busca o confronto, localizar as lutas discursivas e de poder no campo do saber.

Entendo que Foucault (1999) já tenha nos alertado para a positividade das relações de poder e, também, para a possibilidade de resistência aos processos de sujeição, bem como nos mostra a noção de poder como repressão e opressão de uma classe sobre outra. Hall (2005) também assinala que não podemos classificar os processos de discriminação a partir de uma única categoria: gênero, raça ou classe. Uma mulher pobre branca pode exercer domínio sobre uma mulher pobre negra; um homem branco rico não letrado pode ser humilhado por um outro homem branco rico letrado; um adolescente europeu pode sentir-se superior a um latino, mesmo que pertencentes à mesma classe social. As relações não são determinadas, em primeira instância, por uma esfera unicamente econômica. No entanto, falar de uma determinação cultural ou social seria, ainda, permanecer em um ponto de vista causal.

Além de Foucault e Hall terem se preocupado com a questão da singularidade, que poderíamos dizer que é a marca unificadora dos estudos culturais na atualidade, no entanto, em nenhum momento, Foucault (1984) propôs uma análise histórico-cultural dos processos de subjetivação determinista. Ele nunca afirmou que a cultura era uma entidade metafísica, pairando acima dos homens. A subjetivação é uma prática concreta, imanente às práticas de poder e às discursivas. Foucault (1984) não pensou as práticas culturais isoladas das práticas econômicas, políticas, sociais e das históricas. O outro autor, Hall (2004), em nenhum momento, falou da singularidade enquanto uma essência; não

afirmou uma política da diferença como identidade alternativa. O que o autor afirma é a existência de um processo de subjetivação constante, de diferenciação, de produção de modos de existência (Deleuze, 2000).

Este é o desafio que nos é colocado hoje, como afirma o autor:

A subjetivação apresenta-se historicamente porque ela se embaraça nos poderes e saberes. [...] De um modo geral, pode-se dizer que os processos de subjetivação dependem, antes de mais nada, da maneira como a linha de subjetivação escapa às relações de poder e aos arquivos do saber (CARDOSO JR., 2002, p. 192).

A trajetória histórico-cultural escapa ao controle, os caminhos escoam pelos lados, ou seja, o processo de modelação é constante. Somente acreditando no fazer acadêmico, podemos mover novos acontecimentos.

É claro que, neste movimento de reconhecimento da subjetivação, há necessidade de haver espaços de negociação dos professores surdos com os ouvintes. Estes precisam reconhecer e valorizar o jeito cultural, por exemplo, espaço para surdos utilizarem a Língua de Sinais Brasileira como a primeira língua de instrução, de comunicação e de desenvolvimento humano.

Os surdos desejam instaurar um espaço de escolarização pautado no bilinguismo, no qual a Língua de Sinais Brasileira e Língua Portuguesa escrita ocupem o espaço universitário para surdos acadêmicos. No entanto, as relações de poder existentes agem no sentido de destituir as condições de empoderamento¹ do grupo de profissionais surdos, sendo possível perceber estas situações na medida em que existe um movimento no qual se continua duvidando das condições de saber acadêmico presentes em nossa atuação profissional, como afirma a pesquisadora surda:

A situação ocorrida tem a mesma natureza motivadora de preconceitos a qual aconteceu com a Dra. Gladis Perlin, quando, ao receber um convite em conjunto com a Dra. Ronice Quadros para uma palestra, por uma instituição de São Paulo, e no tratamento dirigido para as duas foi feita uma distinção, evidentemente de caráter discriminatório, em que a primeira foi referida apenas como “Senhora” e a segunda como “Doutora”, sendo que as duas possuem exatamente o mesmo nível de formação: a diferença é que a primeira é surda e a segunda ouvinte (REZENDE JUNIOR; PINTO, 2007). É evidente que o reconhecimento perpassa outras instâncias além das oficiais. E a formação pode ser questionada apenas porque o sujeito que a possui é surdo (ANDREIS-WITKOSKI, 2011, p. 26-27).

Fica a dúvida se os surdos, ao passarem pela universidade, assimilaram os

¹ Empoderamento é uma palavra que deriva da palavra “poder”. É um conceito muito importante para surdos, pois nós, os surdos, precisamos de empoderamento em relação à Língua de Sinais, Identidade, Cultura, Comunidade, Movimentos Surdos. Conforme Chaveiro e Barbosa (2004, s/p), a LIBRAS se torna uma ferramenta de empoderamento que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas identidades frente às imposições (culturas e outras) do ouvinte. Como eles observam, a LSB permite aos surdos adquirirem melhor a linguagem, facilitando a compreensão, a obtenção de informações, que vai permitir o empoderamento dos surdos. (SILVEIRA, 2006, p. 38)

conhecimentos que lhes foram apresentados como aos demais alunos, como se houvesse garantias de que um grupo pudesse se sobrepor ao outro. Para entender estas relações e encontrar algumas respostas nas quais as razões para estas compreensões sejam expostas, há que se perguntar para os professores ouvintes: há elementos nesta situação que justifiquem a nossa resistência, resiliência ou nossa intelectualidade? Como aparecem nos discursos dos professores ouvintes as questões relacionadas com as relações de poder existentes entre profissionais surdos e ouvintes neste contexto? Como devemos fazer para construir neste espaço as negociações devidas para a construção de nosso ser professor universitário surdo?

Por isso, ao iniciar a minha vida profissional como professora, sendo surda, na universidade me senti imersa nessa relação complexa com os ouvintes. Sempre me sinto obrigada a seguir com os padrões estruturais curriculares definidos pela universidade, mas, onde se encontra presente neste contexto a visão cultural dos surdos² e dos que pensam diferente? Por exemplo, a possibilidade ou garantia de utilização, pelos professores surdos da Língua de Sinais Brasileira como primeira língua nas atividades nas quais os mesmos estejam envolvidos, seja no campo da Graduação e /ou na Pós-Graduação, bem como em qualquer outra área como a extensão, pesquisa, participação em eventos, etc.

Com essa garantia da possibilidade de utilização, como no decreto 5.626 de 2005 já está previsto o direito à Língua de Sinais, como no caso da extensão, somente o edital e o relatório final são de praxe entregar em Língua Portuguesa; mas, no desenvolvimento do projeto, o professor surdo tem a mesma autonomia que o professor ouvinte para o desenvolver, podendo ser todo em Língua de Sinais Brasileira. E a questão do relatório, vejo como justificável, pois precisa-se prestar conta em relação especialmente aos custos para o desenvolvimento do projeto. E considero que, diante da realidade atual, se os relatórios fossem entregues em Língua de Sinais Brasileira, como a maioria não sabe esta língua, como poderiam ter acesso às informações sinalizadas? É provável que a pessoa responsável chamasse um intérprete para fazer a tradução; contudo, como o pesquisador surdo, autor do projeto, teria a certeza de que a tradução foi feita de forma correta. Desta forma, a entrega do relatório escrito, seja redigido pelo próprio professor surdo ou por um intérprete com a supervisão do mesmo, constitui-se uma segurança para o professor surdo.

Esta, porém, não é uma situação existente apenas na UFU, mas com certeza encontra-se presente na maioria das instituições do país. Há desconhecimento das produções existentes nas diferentes áreas, tais como Educação, Linguística e Tradução voltada para Língua de Sinais Brasileira e os processos de escolarização de Surdos, Estudos cujo foco trabalhado é Língua de Sinais Brasileira como

² É um novo campo de saber, os Estudos Surdos em que se desenvolvem novas teorias sobre a Cultura, a Linguística, a Diferença, a Alteridade, a Narrativa, a Política, o Povo, a Pedagogia, entre outros Artefatos Culturais Surdos e neste campo de saber enquadra a pesquisa de minha tese.

pesquisa científica, artigos publicados em Língua de Sinais Brasileira, como acontece na UFSC, na área de Linguística no curso de Letras/Libras³.

As outras universidades, porém, não avançam ao usar o espaço dos surdos, nos quais os professores surdos se encontram imersos. Seguem o padrão que impõe o Ministério da Educação (MEC), como no caso da Educação Especial. Como os professores surdos se sentem no espaço universitário, pois apenas ensinam a disciplina Língua de Sinais Brasileira? Por que a maioria não atua, como os outros profissionais, sendo coordenadores dos projetos, curso de extensão, pesquisa e no ensino de outro componente curricular?

1997 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO: PRIMEIRO PROFESSOR SURDO

Anterior à Lei 10.436 de 2002, que reconhece a língua como segunda do país, e o Decreto em 2005, que regulamenta a lei da Língua de Sinais Brasileira, no ano de 1997 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) efetivou em seu quadro funcional o primeiro professor surdo para ministrar a disciplina de Língua de Sinais Brasileira na Faculdade de Letras - Departamento de Linguística e Filologia, uma história marcante para a nossa Comunidade Surda e que não pode ser esquecida.

A vaga para professor de Libras, ocupada pela pioneira professora surda na UFRJ, foi fruto do trabalho da professora Lucinda Ferreira Brito⁴ que, naquela época, era coordenadora pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), coordenadora do grupo de linguagem e surdez da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL) e do Grupo de Estudo Linguagem e Educação de Surdos (GELES). Naquela ocasião, a professora Lucinda tinha grande prestígio e era a pioneira dos Estudos Linguísticos sobre as Línguas de Sinais no Brasil.

A professora Lucinda, com base em sua pesquisa, fundamentou o pedido para a obtenção de uma vaga de docente e a UFRJ, por sua vez, entendeu a relevância do pedido e todo o trabalho de pesquisa continuou com a entrada da

3 Nesse curso faz-se a utilização de materiais didáticos disponíveis em um ambiente virtual de aprendizagem. Nesse ambiente, parte dos textos bases de estudo estão traduzidos para a Libras, a Língua Brasileira de Sinais. Os atores que fazem a filmagem dos conteúdos em Língua Brasileira de Sinais, em sua maioria, são surdos e alguns são intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. Curso esse que tem professores surdos ministrando aulas para alunos surdos. É um espaço do curso de Letras/ Língua Brasileira de Sinais da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - o primeiro curso de graduação em Libras oferecido no País. Os alunos do Letras/ Libras receberam a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores dessa língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma o professor para o ensino da Libras como primeira língua, ao lecionar para alunos surdos, e como segunda língua, ao lecionar para falantes da Língua Portuguesa.

4 Doutora em Linguística, Departamento de Linguística e Filologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi a primeira linguista a pesquisar sobre Língua de Sinais Brasileira no Brasil e iniciava seus importantes Estudos Linguísticos em 1982 sobre a Língua de Sinais dos índios Urubu-Kaapor da floresta amazônica brasileira.

primeira professora surda para o quadro de professores efetivos da UFRJ.

Ressalto que a UFRJ foi pioneira no Brasil e implantou, em 1997, a disciplina optativa “Estrutura e Funcionamento da Língua de Sinais Brasileira” nas grades curriculares dos cursos de Letras e Fonoaudiologia. Sinto-me motivada a pensar nas condições em que as relações de poder estabelecidas entre professores surdos e ouvintes atuam no movimento de negociação ocorrido neste espaço acadêmico.

Nesta pesquisa da tese, no entanto, para aprofundar e ampliar o conhecimento da relação de poder entre os professores surdos e ouvintes nas universidades, pretende-se realizar um estudo de análise desta realidade no Brasil. Como este espaço se constitui? Como são as relações de poder estabelecidas entre profissionais surdos e ouvintes neste espaço?

Como ocorre o espaço de negociação sobre a visão dos professores surdos relacionando com as relações de poder, de resistência, resiliência, pensamento político e negociação na produção do próprio discurso político dos profissionais surdos?

Ao introduzir esta reflexão, apresento este tema que considero de suma importância, pois se refere aos professores surdos na Educação Superior. Busco objetivar nessa pesquisa as narrativas dos professores surdos na Educação Superior e, assim, compreender como são estabelecidas as relações de poder entre surdos e ouvintes no espaço universitário.

Durante minha trajetória de trabalho, atuando em palestras em vários congressos no exterior, muitas inquietações surgiram a respeito das políticas de inserção dos surdos na Educação Superior no Brasil e que conquistaram avanços importantes no campo dos Estudos Surdos. Porém, de todas elas, a que mais me motiva a investigar é a intrigante luta política, as resistências e as redes de poderes estabelecidos pelos profissionais surdos e ouvintes para perceber se os professores surdos na Educação Superior receberam uma marca de representação estereotipada na história da Educação em performances⁵ da sua subjetividade.

É no espaço intelectual que os professores surdos se situam na universidade. Existem professores surdos se politizando para conquistar o espaço acadêmico universitário. Enquanto surdos e, conseqüentemente, intelectuais, demanda entender-se na reflexão de si mesmos, de ser surdo diante do mundo. Há que se demonstrar a necessidade de compreender que somos diferentes sob a perspectiva cultural, que é um processo de tornar-se e de manter-se surdo em todos os espaços que utilizamos somente como sujeitos leitores⁶.

5 A performance é uma arte híbrida que rompe as fronteiras com as demais artes 40. A performance ou “*performance art*”, apesar de não apresentar um conceito estável, poderia ser entendida como uma manifestação artística que se vale da literatura, teatro, música, dança, arquitetura, pintura, cinema, fotografia, narração etc. e que pode ocorrer em qualquer lugar que acomode atuantes e espectadores (MASUTTI, 2007, p.84).

6 Em pesquisa antecipadamente realizada, em conjunto com Perlin (2012), referente aos surdos serem tomados como “sujeitos leitores”, palavra utilizada por Silva e Davis (1997). Entendemos que sujeito leitor segue em Estudos Culturais com vistas à diferença e sob este aspecto adotamos também o termo “sujeito auditor”, quando nos referimos aos ouvintes. Experiência visual é outro termo que ao nosso ver se refere a um aspecto mais complexo.

O que senti naquele momento ao encontrar os professores surdos, momento de perceber as narrativas referentes aos professores surdos, momento de identificação em relação ao espaço universitário que funciona como o espaço de negociação, de resiliência e de resistência, bem como entender como nos relacionamos uns com os outros em nossas diferenças e as relações de poder; tudo isso me lança uma inquietação: Como se movem os professores surdos na Educação Superior em relação à diferença organizadora do totêmico⁷ relacionando com as políticas, nas lutas, nas resistências com vistas à negociação de sua formação e defesa de sua intelectualidade? Ao se aliar ao totêmico, quer dizer que há algo natural de atração entre surdos; reflito no sentido de compreender a ligação dos professores surdos na Educação Superior. Existe alguma forma pela qual se atraem naturalmente a partir da sua diferença que, aliás, se reflete no uso da Língua de Sinais Brasileira que sinalizam e leem no ar e não no ser de si mesmo, mas nada de aprofundar sobre o totêmico, apenas relacionado com as políticas.

As performances dos professores surdos, no espaço das Universidades, atuam como representações culturais para facilitar a Língua de Sinais Brasileira, esclarecer possíveis dúvidas no momento de aprendizagem e de estudos dos alunos surdos e ouvintes, como também elevar os surdos à condição de intelectuais. No entanto, esta ruptura histórica está produzindo uma nova política cultural, como afirma o autor:

(...) ela abre-se a estudos os mais variados como a 'cultura popular', a 'cultura letrada', as 'representações', as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pela polissêmica noção de 'cultura'. (BARROS, 2004, p.55)

Por conseguinte, a política educacional para a formação dos professores surdos na Educação Superior é considerada uma nova ruptura em que se faz referência ao Povo Surdo dando lugar à sua cultura, aos seus valores, hábitos, Língua de Sinais Brasileira e não mais à valorização problemática da história registrada sob as visões do colonizador:

Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo.

⁷ O totêmico é um organizador, como é citado por escritores em algumas áreas do conhecimento. O totêmico constitui o aspecto natural, não é o sujeito em si. O totêmico representa aqui o natural que agencia, identifica e une ao natural. Assim as forças de atração surdo-surdo podem se constituir em forças do "organizador totêmico". Trata-se de um agenciador simbólico. Desta forma, como usuários da visão, vamos constituindo os signos por ela captados e nos constituímos em leitores por excelência, de acordo com Lennard J. Davis, professor na Binghamton University of New York (1996). Sendo o totêmico, segundo o conceito definido, é aquilo que nos puxa para uma direção, para o natural e, em nosso caso, para o ser surdo. O totêmico não é o surdo em si. Eu não posso dizer que o surdo é um sujeito totêmico. Mas, posso dizer que o totêmico atrai o surdo para os grupos de pessoas que sinalizam e leem no ar. Grupos de pessoas que não usam a audição e/ ou que não a possuem. O totêmico sempre estará presente para nós, quer queiramos, quer não. Significativamente ele é uma consequência de não sermos ouvintes, não uma maldição, como poderiam supor, mas uma benção, um mundo novo para nós; ele é um agenciador de grupos, de marcas de diferença, porque contém o simbólico, porque é heráldico, é cultural, isto é, a origem, o agenciador de uma cultura diferente. O deslize totêmico foi analisado por Freud diante do fato de um filho ser excluído do clã pelo pai e adotar um animal como companheiro para suavizar sua exclusão. (PERLIN; REIS, 2012, p. 30)

A cultura é ainda uma forma de expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, admite-se que os sentidos conferidos às palavras, às coisas, às ações e aos atores sociais se apresentam de forma cifrada, portanto, já um significado e uma apreciação valorativa. (PESAVENTO, 2005, contracapa)

Essa cultura reflete a luta da política educacional para registrar o aspecto da política em si, de uma representação e prática discursiva dos professores surdos, mas também, envolve aspectos sociais e culturais que complexificam ainda mais as mudanças nas histórias e narrativas de uma forma que foram mascaradas; o sentimento que compartilham os surdos do Brasil durante o processo de aprendizagem nas universidades.

Com essa reflexão sobre as relações de poder, resistências, resiliências, pensamento político e negociação para os professores surdos surgem a partir da exploração nos discursos realizados pelos professores surdos através dos artigos publicados, palestras e aulas de algumas disciplinas voltadas à área de educação de surdos e Estudos Linguísticos em Língua de Sinais Brasileira nos momentos históricos dos movimentos da Comunidade Surda com suas lutas e conquistas.

1999 - DOCUMENTO: A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS

A Comunidade Surda que teve início junto às Lideranças Surdas no III Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para surdos⁸, em parceria da FENEIS E UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos dias 19 e 20 de abril em 1999, realizado em Porto Alegre, o qual contou com a participação de surdos de todo o Brasil, posicionado com o tema central de “Identidade, Cultura e Educação” em que foi cumprido o Regimento do evento. Foi destinado um espaço para o debate, coordenado por quatro Profissionais Surdos, como ANDRÉ REICHTER, GISELE RANGEL, GLADIS PERLIN, MARIANNE STUMPF E WILSON MIRANDA, que organizaram os três temas centrais discutindo os seguintes temas: 1) Políticas e Práticas Educacionais para Surdos; 2) Comunidades, Culturas e Identidades Surdas; 3) Profissionais Surdos. Todos temas pertinentes aos surdos, sua Comunidade e sua Cultura. Amplamente discutidos pela própria Comunidade Surda, uma vez que no congresso, nos grupos ou na plenária, havia também outro grupo, este sem direito à voz e ao voto. Eram participantes ouvintes ali presentes, entre eles profissionais e familiares com participação restrita à assistência e à observação, em respeito às discussões dos problemas relacionados aos Surdos. Contamos com 300 Representantes Surdos de diversos estados brasileiros e também do estrangeiro, em que se destacaram os observadores surdos Ben Bahan, dos Estados Unidos, e José, do vizinho Uruguai. No Congresso houve uma discussão

⁸ É um espaço utilizado, a fronteira de língua em duas línguas como a Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa, mas respeitando ao utilizar uma nova metodologia de ensino como a nossa primeira língua, a Língua Brasileira de Sinais.

longa e cheia de detalhes em cada um dos grupos temáticos, com o objetivo de elaborar o documento “A educação que nós surdos queremos”⁹ (FENEIS, 1999), respeitando os seus direitos linguísticos, culturais, educacionais e sociais, bem como sobre as necessidades de políticas educacionais e os possíveis novos desafios à educação dos surdos frente às prescrições de uma política educacional bilíngue para surdos. Nesse sentido, o documento insere entre suas demandas a formação profissional dos professores surdos (FENEIS, 1999, Seção 3 - Formação do Profissional Surdo). Aqui destacamos alguns dos itens que constam no referido documento:

EDUCADORES SURDOS

- 114 - Buscar a formação de profissionais surdos a nível acadêmico, nas áreas afins, tendo em vista o direito que os surdos têm em serem educados na sua própria Língua.
- 115 - Recomendar ao professor surdo a reflexão sobre a representação de sua Identidade Surda, uma vez que ele é, fundamentalmente, um modelo de identidade para a criança surda.
- 117 - Assegurar que no curso de formação para os professores surdos exista currículo específico sobre todas as implicações da surdez (educacionais, culturais, vocacionais...), bem como sobre Língua de Sinais (estrutura, morfologia, sintaxe...).
- 118 - Considerar que a formação específica e o trabalho do professor surdo, enquanto profissional, são necessários. É importante que o professor surdo esteja engajado nas lutas da Comunidade Surda.
- 119 - Incentivar na Comunidade Surda a escolha pelas carreiras de licenciatura.

OS SURDOS UNIVERSITÁRIOS

- 138. - Lutar para que a comunidade científica das universidades reconheça a Língua, a Cultura e a Comunidade Surda.
- 140 - Caso seja aceito pela comissão organizadora, discutir a estrutura das provas do vestibular, levando em conta as especificidades da Comunidade Surda.
- 145 - Nas universidades que acolhem surdos, lutar para que seja organizado um centro de apoio onde possam ser divulgadas informações referentes à surdez, para a comunidade universitária.
- 146 - Dentro das universidades e cursos de graduação, assegurar a criação de uma disciplina que informe aspectos gerais que fazem

⁹ Um documento como referência para a discussão nas políticas educacionais para surdos e para os professores surdos.

parte da Comunidade Surda.

O documento, primeiramente, foi entregue ao MEC sem cerimônia, pois nos vimos frente aos seus representantes que solicitaram uma cópia dele. Também foi entregue uma cópia ao Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, pelo presidente da FENEIS, Antônio Campos de Abreu, depois de uma passeata com aproximadamente 2000 pessoas que estavam presentes no III Congresso, que culminou em uma nova mudança, uma nova realidade, uma nova transformação, uma nova oportunidade para a nossa Comunidade Surda Brasileira, principalmente, no que se refere à importância da capacitação dos professores em Língua de Sinais Brasileira. Foi um grande momento e um grande avanço, no qual as universidades abriram espaço para a formação dos professores surdos, para discussões e deixando de lado a visão tradicional da educação especial no campo da educação de surdos, privilegiando, assim, uma visão cultural. Esses avanços abriram oportunidades para que mais professores surdos conquistassem espaços nas universidades como professores que, até o momento desta pesquisa, somam mais de 305 professores surdos efetivados por meio de concurso público; espaços dados, instrumentos e períodos já estão explicados na parte do capítulo sobre concurso público, provocando grandes mudanças, movimentos e discussões principalmente nos congressos voltados para área de professores surdos nas universidades.

Podemos começar a contar da nossa história de experiência dos movimentos dos professores surdos na Educação Superior com as possibilidades de mostrar uma forma de significação e de representações dos professores surdos depois da luta pelo documento reconhecido em 1999.

Esse documento leva-nos a acreditar que os casos de sucesso nas universidades narrados pelos professores surdos podem trazer os resultados muito mais valorizados para proporcionar políticas educacionais e linguísticas que tenham garantido sua permanência nas universidades. Suas experiências nas universidades mostram seus resultados, marcas que impressionam nas lutas e também nas discussões nos Congressos e que, posteriormente, foram materializados no Documento, como temos mostrado. Desde a realização do III Congresso até hoje, alguns dos itens apresentados acima, referentes aos profissionais surdos, foram conquistados no espaço universitário, mas a luta continua para que a formação dos professores surdos seja reconhecida.

Por meio desse documento, muitas conquistas foram alcançadas, o que nos levou a caminhar objetivando a formação dos profissionais surdos para atuarem no ensino de Língua de Sinais Brasileira. O primeiro passo para essa realidade aconteceu com o curso de formação dos instrutores e agentes multiplicadores.

2001 - FORMAÇÃO DOS INSTRUTORES E AGENTES MULTIPLICADORES

Desde o documento do Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue¹⁰ se foi construindo o que é uma Identidade Surda, diferente da estigmatizada, que lhes tem sido imposta há séculos, como “deficiente auditivo” – aquela na qual a falta de audição precisa ser superada. Desde então os surdos vêm conseguindo o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira em municípios e estados brasileiros e mostrado em várias áreas de atuação a sua capacidade e eficiência.

Já por anos a FENEIS vem lutando, trabalhando e, por meio do Grupo de Pesquisa¹¹, capacitou os surdos para serem professores de Língua de Sinais Brasileira e estes recebem todo o material didático a que faz referência; é a Libras em Contexto para essa atividade.

A segunda parte desta história foi a realização do curso de Formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores. Foram momentos incríveis e inovadores de aprendizado e de aquisição de conhecimentos indispensáveis para ampliar e melhorar as metodologias de ensino que vinham sendo desenvolvidas há anos pelo Grupo de Pesquisa em Língua de Sinais Brasileira/Feneis. Foi um grande desafio para os professores surdos e favoreceu grandes oportunidades para que esses profissionais se sentissem valorizados para atuar nas escolas, nos cursos profissionalizantes ou mesmo em universidades.

Esboçarei agora uma pequena história sobre esse curso, que aconteceu nos dias 13 a 17 de agosto de 2001, na cidade de Brasília, com o objetivo de capacitar os 76 Representantes Surdos de todos os estados brasileiros, para que estes se tornassem Instrutores e Agentes Multiplicadores. Nesse curso, as aulas aconteciam das 8h da manhã às 17h da tarde, com os professores surdos Paulo André Martins Bulhões, Myrna Salerno Monteiro e as ouvintes Emeli Marques e Tanya Amara Felipe, onde os representantes dos professores surdos tiveram suas dúvidas esclarecidas, traçaram estratégias conjuntas, para que a Língua de Sinais Brasileira pudesse ser efetivamente, a língua prioritária da Educação dos Surdos Brasileiros.

O Projeto Capacitação de Instrutores de Língua de Sinais Brasileira através de Agentes Multiplicadores é um Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Língua de Sinais Brasileira: o idioma que se vê. O objetivo desse projeto de capacitação era a divulgação de informações e conhecimentos na área de Educação de Surdos, bem como a profissionalização de jovens e adultos surdos para atuarem como instrutores de Língua de Sinais Brasileira. Após o término do curso, houve um melhor reconhecimento da postura dos Instrutores Surdos

10 V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos – 1999 – Porto Alegre.

11 Não especificamos o nome do Grupo de Pesquisa, iniciado em meados de 1991, em função de não se pensar à época nesta possibilidade. O grupo se reunia na sede da FENEIS/RJ para formulação e discussão da proposta de educação pelos surdos, que assumiam aulas sem preparo acadêmico. O estudo foi finalizado no ano de 2001 com a elaboração do livro LIBRAS EM CONTEXTO.

nas escolas, universidades e instituições onde estavam inseridos. As instituições estavam carentes de profissionais qualificados com domínio em Língua de Sinais Brasileira, materiais didáticos, informações e esclarecimentos sobre as Comunidades Surdas.

Um grande desafio foi apresentado aos professores surdos: desenvolver métodos de ensino e materiais didáticos que oferecessem aos alunos surdos uma educação de qualidade. Outro desafio apresentado a toda sociedade é a divulgação da garantia de ingresso dos professores surdos nas universidades em igualdade de condições com os ouvintes. A maioria dos instrutores surdos que ensinavam a Língua de Sinais Brasileira ainda precisava ter uma formação acadêmica mínima de Graduação para aprimorar seus conhecimentos e metodologia de ensino. Era preciso também desenvolver materiais didáticos e informativos teóricos referendados nos Estudos Surdos em Educação de Surdos e nos Estudos Linguísticos em Língua de Sinais Brasileira. Saliento que esta época foi um grande marco na minha vida, momentos de aprendizado, pesquisas em conjunto com outros profissionais da educação que nos fizeram perceber que a nossa Língua é complexa como qualquer Língua e que precisávamos ter conhecimentos linguísticos para entender e trabalhar mais adequadamente e não ensinar somente o léxico, como eu fazia. Ao final do curso, formaram-se os trinta Instrutores Surdos de todos os estados brasileiros, que atuariam ensinando a Língua de Sinais Brasileira a professores da rede pública que lecionavam para alunos surdos.

Além destes, formaram-se oito Instrutores Surdos como Agentes Multiplicadores (eu fui uma das oito) para atuarem na capacitação de outros novos instrutores. Nas disciplinas do curso para Instrutores de Língua de Sinais Brasileira, o material didático estava disponível em Língua de Sinais Brasileira e em Língua Portuguesa. Alguns dos objetivos do curso eram o ensino do idioma a pessoas ouvintes; divulgar a Língua de Sinais Brasileira e Cultura Surda; contribuir para o rompimento de bloqueios de comunicação entre surdos e ouvintes; estimular o debate científico na área de Surdos e da Cultura Surda e intensificar a integração entre os surdos brasileiros.

Este momento transformou a minha vida. Fui aprovada como Agente Multiplicadora; aprendi e entendi como seria o trabalho na área de ensino da Língua de Sinais Brasileira. Uma valiosa, porém pesada responsabilidade de ser professora surda – este foi o primeiro passo na construção da minha formação profissional. Logo comecei a pesquisar as bases teóricas relacionadas ao mundo dos surdos, bem como metodologias para o ensino da Língua de Sinais Brasileira em aulas práticas para ouvintes. Isso me desafiou e me motivou a me preparar melhor para ministrar minhas aulas, valorizando-me enquanto professora surda.

Tive pleno êxito em minha missão, de formar professores ouvintes da rede pública e os novos Instrutores Surdos de Língua de Sinais Brasileira pela

Secretaria da Educação no estado de Goiás.

Devido ao avanço da formação dos Instrutores Surdos em vários estados do Brasil, 2001 foi marcado como ano nacional de reconhecimento do Instrutor Surdo, o que abriu novas oportunidades para desenvolvermos outras atividades até que pudéssemos nos preparar para ingressar nas universidades como professores de Língua de Sinais Brasileira, principalmente no que se refere à formação de professores surdos para atuarem no Ensino Fundamental, Médio e na Graduação, utilizando as disciplinas de Língua de Sinais Brasileira como a língua de instrução reconhecida pelas Comunidades Surdas. E foi pelas conquistas reconhecidas pelo MEC que foi criada a Lei de Língua de Sinais Brasileira, após a realização da formação dos Instrutores e Agentes Multiplicadores Surdos.

2002 - CRIAÇÃO DE LEI DE LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

A luta pela oficialização da Língua de Sinais Brasileira foi um marco histórico extremamente importante para os Movimentos Surdos que aconteciam naquele momento no estado do Rio Grande do Sul, a qual se iniciou com a elaboração do documento em 1999. Outra notável contribuição foi o reconhecimento profissional dos Instrutores e Agentes Multiplicadores realizado em Brasília. A partir daí percebeu-se a importância de oficializar a Língua de Sinais Brasileira no Brasil. O pedido de oficialização foi encaminhado ao Senado pela senadora Benedita da Silva (PT - RJ), que se encarregou da tramitação do mesmo junto a Brasília – foi a realização de um sonho para os surdos brasileiros!

Todos estes momentos históricos são registros do passo a passo de nossa luta pela Causa Surda, e é por meio dela que hoje nós temos a Lei que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira; isso garante os nossos direitos linguísticos na sociedade, seja em instituições públicas ou privadas. Essa Lei é um instrumento que defende o direito dos surdos à comunicação. Neste sentido, algo muito importante nos chama a atenção: os professores surdos que atuam em instituições públicas podem ensinar utilizando a Língua de Sinais Brasileira diversas disciplinas voltadas para área de Educação de Surdos, Estudos Linguísticos ou Estudos para a formação de Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais Brasileira. O professor surdo não precisa se ater somente ao ensino da Língua de Sinais Brasileira; ele pode ir além: assumir disciplinas como Português, Matemática, História, Ciências, Geografia em escolas de surdos ou escolas bilíngues, ou ainda outras disciplinas acadêmicas em universidades.

Com a oficialização da lei que reconhece a Língua de Sinais Brasileira e sua regulamentação por meio do decreto 5.626/05, surgem inúmeras oportunidades no âmbito acadêmico, tanto na Graduação como na Pós-Graduação; mas, antes mesmo de a Lei entrar em vigor, alguns graduandos surdos já se beneficiavam do direito ao intérprete. No entanto, foi somente depois da promulgação do

decreto de 2005 que este direito de fato foi expandido a todos os surdos, criando assim mais oportunidades de ingresso nas universidades em diversas áreas do conhecimento. Alguns surdos possuem graduação, no entanto sonham em fazer uma Pós-Graduação e almejam que outras Universidades abram espaço para que possam cursar mestrado e doutorado, assim como as pioneiras, UFRGS e UFSC. Muitos são os avanços na formação de professores surdos, mas se faz necessário continuar essa luta pela busca de mais profissionais surdos e que estes possam se qualificar como Mestres e Doutores.

2003 - MESTRADO E DOUTORADO: UFRGS E UFSC

Historicamente, a luta pela criação da Lei que oficializa a Língua de Sinais Brasileira foi a realização do sonho de todos os professores surdos. No ano de 1990, na UFRGS, Carlos Skliar coordenava grupos de pesquisadores ouvintes e surdos, com o objetivo de orientar os surdos no programa de Pós-Graduação em Educação. Tais pesquisadores tinham como interesse o objetivo de desenvolver investigações e estudos no campo da Educação Especial; essas pesquisas ganharam espaço no meio acadêmico e, por fim, passaram a integrar o Programa de Pós-Graduação em Educação daquela universidade.

A inclusão de tais pesquisas no campo da Educação Especial possibilitou que muitos outros surdos pudessem ingressar no mestrado e no doutorado; entre estes podemos citar, Gladis Perlin na área da Educação, e algum tempo depois Marianne Stumpf na Informática, Wilson Miranda e Gisele Rangel na Educação – todos militantes políticos¹² em prol das causas da Comunidade Surda. A linha de pesquisa que mais se fortaleceu foi a de pesquisa em Estudos Culturais em Educação, que já fazia parte do programa de Pós-Graduação em Educação. Com isso abriram-se novos espaços para a entrada da Comunidade Surda na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o que facilitou o desenvolvimento de pesquisas, publicações científicas, cursos sobre Educação e Língua de Sinais Brasileira ministrados em todo o Brasil, fóruns de discussões, eventos nacionais e internacionais, assessorias às escolas brasileiras, participação na construção de política educacional para surdos etc.

O fortalecimento dos pesquisadores surdos e ouvintes propiciou a criação do campo de Estudos Surdos que passou a ser a base teórica indispensável na área de educação dos surdos. Foi um momento histórico de conquistas na UFRGS em torno da Identidade e da Cultura Surda, bem como da educação de surdos, e que abriu espaço para que estes pudessem cursar mestrado e doutorado, propiciando seu envolvimento com a formação de professores, pesquisadores e com a educação de surdos; no entanto, os progressos não param por aí, em 2003 foi a vez da

¹² Militância política: práticas discursivas que correm o risco de, em nome da diferença, generalizar uma categoria, reproduzindo práticas de normalização (ainda que em nome de uma identidade), justamente para poder afirmar o direito a uma diferença.

UFSC. Na UFSC, as lutas em prol das Causas Surdas tiveram início com Ronice Quadros no campo da Educação. Primeiramente a luta foi para que fosse realizado um concurso público para professor surdo na UFSC, concurso esse que teve o cargo ocupado pela então Doutora surda Gladis Perlin em 2004. Seu ingresso nessa instituição foi de extrema importância, pois agora a Universidade contava com uma professora surda efetiva para orientar alunos surdos no mestrado e no doutorado, além do ensino de Língua de Sinais Brasileira nas Licenciaturas e em alguns cursos de Bacharelado. Por meio da dedicação e do empenho de Ronice e Gladis foi possível abrir a linha de pesquisa Estudos Culturais e Estudos Surdos no Programa de Pós-Graduação. Finalmente Ana Regina Sousa e Campello e Rodrigo Rosso Marques foram os primeiros surdos a ingressarem no Doutorado em Educação na UFSC, no segundo semestre do ano de 2004, juntamente com mais três surdos na área de Mestrado em Educação, sendo estes Flaviane Reis, Karin Strobel e Carolina Hessel e as ouvintes Silvana Aguiar dos Santos e Mauren Medeiros, no segundo semestre do mesmo ano. Em 2005, entraram mais alguns doutorandos – Patrícia Rezende (surda); Paulo e Vilmar Silva (ouvintes) – e no mestrado adentraram os surdos Mariana Campos, Fabiano Souto, Simone Silva, Fábio Silva, Dionísio Schmidt na UFSC.

A entrada de professores surdos concursados no ambiente universitário fortaleceu a Comunidade Surda; mostramos a que viemos, provamos que podemos ser mestres e doutores, temos professores e orientadores bilíngues em algumas disciplinas e em outras utilizamos intérpretes de Libras bem qualificados. Por meio dos Estudos Surdos, entendemos quem nós realmente somos, independentes do olhar clínico. Inúmeros debates sobre questões relacionadas à educação foram realizados, além de cursos ministrados aos alunos surdos do mestrado e do doutorado. Estes cursos contaram com a presença de professores surdos e ouvintes da Universidade de Gallaudet, uma universidade organizada por e para surdos com sede nos Estados Unidos. Esses surdos doutores tornaram-se um exemplo para a Comunidade Surda, mostrando que outros também podem concorrer a uma vaga em concursos públicos nas universidades. Isso motivou também outros surdos a se empenharem pela sua qualificação e buscar uma graduação. Mesmo antes do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, nós já articulávamos os primeiros passos como mestrandos e doutorandos em favor de metodologias adequadas para ensinar o idioma. Muitas mudanças na Comunidade Surda iniciaram a partir da entrada desses profissionais nos cursos de mestrado e doutorado. Isso propiciou a formação de professores e de pesquisadores surdos junto à comunidade científica.

Atualmente o Brasil tem quatro surdos com pós-doutorados, inúmeros doutores e mestres surdos, além daqueles que ainda estão cursando o mestrado e o doutorado. A Lei 10.436/2002 apenas reconhece a Língua de Sinais Brasileira

como segundo idioma do país, e foi somente através dessa movimentação em torno da formação dos surdos em diversas universidades – como a UFSC, UFRGS, UFSM, UFSCAR, UFAM, UFBA, UFU, entre outras – que foi possível a conquista do Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira, garantindo a formação dos professores surdos e formação dos tradutores intérpretes de Língua de Sinais Brasileira.

2005 - CRIAÇÃO DO DECRETO QUE REGULAMENTA A LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA

Com a criação do decreto 5626/2005 que regulamenta a lei 10436/02 onde a Língua de Sinais Brasileira ficou garantida, a formação de professores nas Universidades públicas e/ou privadas e a formação dos tradutores intérpretes ficou a cargo da Comunidade Surda por meio da Feneis e das Associações dos Surdos.

A Feneis participou desse movimento de luta, mobilizou reuniões desde a criação da Lei que oficializa a Língua de Sinais Brasileira, para que fosse possível a criação do Decreto para regulamentar a Língua de Sinais Brasileira. Esse foi um projeto aprovado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para garantir a formação dos professores de Língua de Sinais Brasileira. Foi uma luta árdua junto ao Ministério da Educação, mas que se tornou um registro histórico para os pesquisadores:

Os anos 90 do século XX podem ser lembrados como o tempo da mobilização e do fortalecimento dos Movimentos Surdos no Brasil. Os surdos gaúchos, em parceria com pesquisadores da área da Educação de Surdos, mobilizaram-se e engajaram-se nas lutas que, naquele momento, privilegiavam a necessidade de reconhecimento da Língua de Sinais como primeira língua dos surdos. Várias mobilizações, como passeatas, atos públicos em parlamentos e nas ruas, articuladas por associações e escolas de surdos marcavam os calendários das escolas e entidades representativas de surdos, familiares e educadores. A oficialização da Língua de Sinais Brasileira (Libras), primeiramente em alguns municípios e Estados, serviu de estratégia para o fortalecimento do Movimento Surdo no sentido de chegar ao Congresso Nacional, no ano de 2002, para a promulgação da Lei de Oficialização da Libras em todo o território nacional. (THOMA; KLEIN, 2010, p. 110)

O Decreto que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira entrou em vigor no dia 22 de dezembro de 2005. Entre os muitos artigos que constam ali, selecionei aqueles que se relacionam com a minha pesquisa. Tal decreto mostrou-se ser um documento valioso, pois trata da formação dos professores de Língua de Sinais Brasileira e do Instrutor de Língua de Sinais Brasileira nas instituições. Ele destaca a importância da formação dos professores:

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda

língua. Parágrafo único. As pessoas surdas terão prioridade nos cursos de formação previstos no caput¹³.

O decreto traz alguns esclarecimentos acerca dos professores de Língua de Sinais Brasileira, mas meu foco nesta pesquisa são os professores surdos que, na maioria das universidades, trabalham com a Língua de Sinais Brasileira e também em algumas disciplinas na área de Educação e Linguística. Como diz no artigo 4: vamos refletir a importância da formação dos professores para o ensino de Língua de Sinais Brasileira em nível superior em cursos de graduação de licenciatura plena em Letras/ Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua; vamos analisar e esclarecer quanto à formação não somente na área de Letras/Libras, mas em diversas áreas da Educação, já que o decreto deixa claro que o ensino da Língua de Sinais Brasileira deve ficar a cargo das licenciaturas e não da Linguística como a maioria das pessoas pensa.

Esse decreto é um instrumento importante para que a Comunidade Surda entenda como se constituem os espaços acadêmicos, as relações de poder, e mostra também que a intelectualidade independe do ouvido e que nós surdos somos tão intelectuais quanto os ouvintes e o que nos difere são questões linguísticas, de identidade e cultural. Assim, o decreto é um dispositivo legal a favor dos professores surdos; contudo, entendo que no decreto não existe a afirmação de que a intelectualidade independe do ouvido. Neste sentido, vejo que ele dá respaldo aos surdos em várias frentes, como a prioridade para ensinar Língua de Sinais Brasileira; no entanto, nele é mantida distinção entre os surdos e deficientes auditivos via perda auditiva, de modo que, no Capítulo 1, Art. 2, afirma que:

Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. (BRASIL, 2005)

E no parágrafo único, define “Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (db) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005)

Este decreto nos permite transitar por espaços antes inacessíveis e também nos dá a oportunidade de discutirmos nossas diferenças linguísticas com outros pesquisadores. Dessa forma, deixamos claro que somos usuários da Língua de Sinais Brasileira e que podemos atuar, não pela imposição de um modelo ouvintista¹⁴, mas por sermos capazes, intelectuais, e que podemos transitar por

13 Onde encontra o documento de Decreto 6.626/2005 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras; e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em anexo.

14 Segundo Skliar (1998:15), esse termo se refere “as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos (...) a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte”. Com

todos os espaços na academia, como na pesquisa, no ensino e na extensão.

O decreto foi aprovado em 2005 e somente depois de dez anos, conforme diz o artigo 7º da obrigatoriedade de ter os professores surdos com formação em licenciatura em Letras/Libras ou de outras áreas afins, é que conseguimos um número expressivo de professores surdos. Atualmente, já temos mais de mil e quinhentos professores formados de Letras/Libras; assim, o decreto beneficiou a Comunidade Surda. É como se a Comunidade Surda estivesse presa, trancada em um baú e depois libertada para conhecer uma nova perspectiva: o mundo acadêmico. Essa pesquisa me faz refletir nas diferentes representações dos professores de Língua de Sinais Brasileira que circulam nos diversos espaços acadêmicos que constituem seu modo de ser e agir, visando à sua construção profissional docente. No artigo 7º do decreto destaca o perfil do profissional; dessa forma, precisamos mostrar, pensar e refletir quem é este professor de Língua de Sinais Brasileira responsável apenas por essa disciplina? É claro que o foco da minha pesquisa são os professores surdos, incumbidos de ensinarem somente a disciplina de Língua de Sinais Brasileira. Neste contexto, como acontecem as relações de poder e o espaço de negociação e resistência surda entre tensões nas universidades? Que tensões podem acontecer entre os professores surdos e a universidade?

O decreto não fala que são somente os professores surdos que podem atuar no ensino da língua; no entanto, ele é claro em dizer que os surdos têm prioridade para atuarem no curso de formação de professores no ensino, pesquisa e extensão: como diz o artigo 7, “nos incisos I e II, as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras”.

O decreto em seu artigo 8º, inciso 3, salienta que o exame de proficiência em Língua de Sinais Brasileira deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento em Língua de Sinais Brasileira, constituída por docentes surdos e linguistas de instituições de Educação Superior; no entanto, resguardar esse direito aos professores surdos nas universidades se transformou em uma luta nada fácil para os professores, porque em algumas situações há bancas examinadoras em que alguns de seus membros não possuem conhecimento acerca da Língua de Sinais Brasileira, não respeitando assim o decreto. Tal situação tem gerado polêmica na Comunidade Surda, pois seus direitos linguísticos deixam de ser respeitados quando alguns dos avaliadores não possuem domínio do idioma para avaliar os professores de Língua de Sinais Brasileira. É claro que há alguns surdos que compõem essas bancas, no entanto falta representatividade da comunidade dos professores surdos nesses espaços acadêmicos. São eles que detêm o melhor conhecimento do idioma.

Ademais, está narrando acontecimentos reais entre algumas universidades onde não há um cuidado criterioso ao selecionarem os membros das bancas ao

esse termo, se faz uma analogia ao colonialismo-colonialista.

usarem tradutores intérpretes para auxiliarem esses que não detêm conhecimentos da Língua de Sinais. Parece-me um tanto quanto contraditório, pois é totalmente contrário ao que o decreto diz.

Ao rever o artigo 10º do decreto, entendemos que as instituições de Educação Superior devem incluir a Libras como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para a educação básica, nos cursos de Fonoaudiologia e nos cursos de Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa; assim, esse artigo é de extrema importância, pois dá respaldo legal aos professores surdos em seu trabalho, permite à Comunidade Surda entender através da experiência dos professores surdos, como se posicionam nas relações de poder e negociações estabelecidas na construção de sua intelectualidade na Educação Superior, conquistando o espaço da Língua de Sinais Brasileira como objeto de ensino, pesquisa e extensão nos cursos de formação de professores para que tenhamos respeitada a nossa Língua de Sinais Brasileira. E também estimular tradutores e intérpretes de Língua de Sinais Brasileira a se aprofundarem no campo da tradução e da interpretação no ambiente acadêmico, auxiliando os professores surdos em palestras, reuniões e em aulas teóricas.

Atualmente há vários cursos de pós-graduação voltados para a área de Língua de Sinais Brasileira, pois já tínhamos professores surdos formados em Pedagogia ou Letras/Libras em cumprimento ao decreto, um ano após sua publicação. O estudo desse decreto acerca da formação dos professores surdos e o compromisso e responsabilidade ao usar o ensino, pesquisa e extensão ligadas aos interesses públicos ao qual se destinam culminou em outra grande conquista, a criação do curso de Letras/Libras.

2006 - CRIAÇÃO DO CURSO DE LETRAS/LIBRAS

A Universidade Federal de Santa Catarina, numa parceria entre o Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e o Centro de Educação (CED), criou o curso de licenciatura em Letras/Libras na modalidade de Educação a distância, como dizem os autores e pesquisadores:

A licenciatura em Letras Língua Brasileira de Sinais - Libras - é um curso de graduação que passa a fazer parte do rol de licenciaturas únicas em Letras oferecidas pelo Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina, a saber, português, alemão, espanhol, inglês, francês e italiano que tem por objetivo formar professores qualificados para atuar no ensino de línguas. Os alunos do Letras Libras receberão a titulação da UFSC como licenciados em Língua Brasileira de Sinais para atuarem como professores desta língua em diferentes espaços educacionais. Esse curso forma o professor para o ensino da Libras como primeira língua ao se lecionar para alunos surdos e como segunda língua ao lecionar para falantes de português. É um curso que está sendo oferecido na modalidade a distância. A modalidade a distância visa à democratização desse processo de formação. Diferentes regiões do país estão tendo a oportunidade de formar professores de Língua de Sinais dispondo da competência pedagógica e técnica de um

grupo de profissionais com excelência na área, o que visa garantir o êxito do programa que atenderá a comunidade surda. O curso está sendo oferecido em nove polos brasileiros: a Universidade Federal do Amazonas, a Universidade Federal do Ceará, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade de Brasília, o Centro Federal de Educação Tecnológica do Estado de Goiás, a Universidade de São Paulo, o Instituto Nacional de Educação de Surdos no Rio de Janeiro, a Universidade Federal de Santa Maria e a Universidade Federal de Santa Catarina. Os convênios foram firmados com todas as instituições de ensino e instaurou-se o processo seletivo. O curso de Letras Libras é uma ação da Universidade Federal de Santa Catarina juntamente com essas instituições conveniadas e com o MEC, por meio da Secretaria de Educação à Distância e a Secretaria de Educação Especial. Cada instituição tem 55 alunos e no polo UFSC são 60 alunos. O curso está organizado na forma de rede, integrando 9 polos em diferentes regiões do país, totalizando 500 vagas. (QUADROS; CERNY; PEREIRA, 2008, p.33).

Dada a importância dessas políticas educacionais para os professores surdos na Educação Superior, considero pertinente atentar para observações e pesquisas políticas e perceber como os surdos usuários da Língua de Sinais Brasileira conseguiram conquistar o espaço educacional nas Universidades.

Compreender a história de luta dos professores surdos é um processo complexo, dinâmico e inédito, principalmente quando há um esforço do Movimento Surdo, a fim de conseguir avanços nas políticas públicas atreladas à Educação Superior, o que está provocando uma marca da representação de luta dos professores surdos.

Ao entrarem nessas lutas, os Professores Surdos tornaram-se os principais agentes nas equipes do Curso de Letras/Libras no Brasil, cuja filosofia nas historiografias, ou seja, linguísticas culturais, é que estes têm contato em Língua de Sinais Brasileira e que tal afirmação era possível de ser comprovada, já que possuem uma marca de representação dos professores, demonstrando assim a importância da identificação de ser surdo e da história para outros países.

As identidades dos professores surdos são importantes para que todos os alunos se identifiquem com as mudanças educacionais, históricas, linguísticas e culturais, para a produção de discursos, construção de conhecimentos e para a heterogeneidade e naturalização das Línguas de Sinais.

As lutas das representações dos professores surdos estão em constante processo de mudanças históricas, o que ocorre, no entanto, por uma força local provocada pela luta por políticas educacionais na Educação Superior. Esses professores, não necessariamente, estão conscientes de que tais mudanças históricas estão ocorrendo, pois uma fonte externa à Comunidade Surda está influenciando a história cultural e provocando uma modificação nessa comunidade. Essa fonte atua sobre o desempenho da representação e da subjetividade dos professores surdos do curso de licenciatura em Letras/Libras. Para estabelecer uma ruptura com essa forma de “ver” a história da construção de subjetividade dos professores surdos, é necessário compreender que esses são os agentes principais e fluentes na Língua de Sinais Brasileira, mas que estabelecem uma

relação bastante complexa de representações dos professores surdos na Educação Superior.

Para cada luta histórica há uma mudança da realidade da visão clínica¹⁵ para a visão cultural de novas relações e questões a serem levantadas relacionadas com a nova posição dos professores surdos. Não existem diferenças padronizadas, mas podem acontecer, recebendo o modelo de luta dos professores surdos ao longo da história, influenciando a partir da Língua de Sinais Brasileira para ter um contato visual no espaço educacional no curso de Letras/Libras.

Nesse sentido, é importante verificar e entender a luta e a política educacional para formação dos professores surdos na Educação Superior em contato com os alunos surdos nas Universidades, a partir da influência da nossa primeira língua, a Língua de Sinais Brasileira, e perceber se há mudança com relação à sua utilização. É fundamental analisar como essa representação do professor surdo chegou ao campo universitário e abordar as especificidades históricas políticas de representações de significação social e cultural.

A importância de analisar a questão da representação e práticas narrativas é a de dar um primeiro passo na compreensão dos processos históricos e políticos dos professores surdos, permitindo visualizar se nessas produções culturais, de luta da Comunidade Surda por políticas que resguardem o direito linguístico, cultural e social do sujeito surdo nas Universidades, há um compromisso de mudança, de romper com as dificuldades de comunicação no momento dos estudos na Universidade, e que podem mudar de uma forma natural, de onde vem a luta dos professores surdos nas Universidades. Esse estudo poderá contribuir para o entendimento de como as políticas públicas são organizadas no sentido de contribuir ou não para os avanços dos Estudos Surdos na Educação Superior e que pode enriquecer a pesquisa no campo das políticas públicas na Educação Superior no que tange a essa área do conhecimento.

Como já argumentamos anteriormente, o Documento “A Educação que nós Surdos Queremos” e as articulações dos movimentos dos professores surdos transgrediam uma nova mudança política e na legislação, como a oficialização da Língua de Sinais Brasileira por meio da Lei 10.436/2002 e do Decreto 5.626/2005 incentivará as conquistas dos surdos na Educação Superior e na formação de professores surdos em cursos de Graduação, Mestrado e Doutorado, e também ainda institui-se como disciplina obrigatória o ensino de Língua de Sinais Brasileira nas áreas de Licenciaturas e no curso de Fonoaudiologia, e no Letras/Libras para formar profissionais para o ensino e para a tradução/interpretação (Bacharelado) na Educação Básica e na Educação Superior.

Esse documento defende a perspectiva da formação dos professores surdos

15 Na visão clínica-médica, os surdos são encarados como pessoas com deficiências e doentes, isto é, a surdez é considerada uma doença e, portanto, deve ser “curada”. Nessa visão, todo recurso tecnológico que procure minimizar os efeitos da surdez são extremamente valorizados, e a oralização, os aparelhos auditivos e o implante coclear, por exemplo, adquirem status de “cura” e/ou de minimização da “doença”, com forte incentivo à “normalização” dos indivíduos surdos. (REIS; SILVA; SOUZA, 2012, p.3)

e vem se constituindo como discurso hegemônico nas políticas de educação e linguísticas de surdos. É um grande desafio nos espaços acadêmicos, uma vez que é importante que nós tenhamos práticas favoráveis para aquisição e desenvolvimento da Língua de Sinais Brasileira como a nossa primeira língua. Ainda estamos em processo de construção e criação de várias disciplinas, como no caso do curso de Letras/Libras, especificamente, na área de Linguística para surdos, provando assim que a Língua de Sinais Brasileira deve ser valorizada e que todos precisam entender que os professores surdos utilizam suas experiências visuais. Isso é significativo para a Comunidade Surda, um desafio a ser transposto, a criação de políticas para garantir que professor surdo possa atuar numa perspectiva bilíngue dentro dos espaços acadêmicos.

É notável que, nos últimos anos, os professores surdos estejam conquistando seu lugar no espaço universitário em várias áreas. Do grupo de professores surdos brasileiros, alguns se consideram ativistas na Comunidade Surda, profissionais com a titulação de doutorado atuam em nível acadêmico no curso de Letras/Libras envolvidos no ensino da disciplina de Língua de Sinais Brasileira, não somente esta, mas também várias disciplinas voltadas para a área de Linguística.

Ao meu entender, com a base teoria de Estudos Culturais vinculada com os Estudos Foucaultianos já estão funcionando diante da política que ilumina a Comunidade Surda, principalmente relacionada à estratégia política, tema problema nesse capítulo, tornando-se referência para o debate contemporâneo que vem criando o legado teórico na constituição política para os professores surdos atuarem na Educação Superior.

1997 A 2015 - CONCURSOS PÚBLICOS: A ENTRADA DOS PROFESSORES SURDOS

Antes de tudo gostaria agradecer a Deus e Nossa Senhora Aparecida por iluminar meus caminhos. Mas não estaria aqui sem o apoio da minha família, amigos e também da UFSC pelos maravilhosos professores que tive durante o curso de Letras Libras. Mais um sonho conquistei: Professora Federal (Thaís Abreu, Status do Facebook, 2015).

No comentário feito pela professora Thaís, percebemos a alegria descrita por ela com base em sua conquista ao ser aprovada em concurso público para PROFESSORA FEDERAL. Podemos definir concurso público como um processo seletivo que permite o acesso a cargo público de modo amplo e democrático. É um procedimento impessoal no qual é assegurada igualdade de oportunidades a todos os interessados em concorrer para exercer as atribuições oferecidas pelo Estado, a quem incumbirá identificar e selecionar os mais adequados mediante critérios objetivos, como diz no dicionário Wikipédia. Os concursos públicos para área de Língua de Sinais Brasileira são conquistas inovadoras para a Comunidade Surda, os primeiros concursos iniciaram no ano de 1997, mesmo antes da Lei que regulamenta a Língua de Sinais Brasileira; no início eram poucos professores

surdos, e depois, com os concursos públicos, houve um grande aumento de professores.

O concurso público na área de Língua de Sinais Brasileira é um concurso que objetiva a contratação efetiva de professor de Língua de Sinais Brasileira. Esta tese tem mostrado a valorização do professor surdo na Educação Superior. Atualmente vários professores surdos são efetivos nas universidades na área de Educação e Linguística, no campo de ensino, pesquisa e extensão voltados para Língua de Sinais Brasileira.

Fiz um levantamento para saber quantos professores surdos estão nas universidades; foi realizado através de conversa pelo recado do facebook, com professores surdos engajados nas lideranças dentro das universidades, contemplando os dados atuais de efetivações em concurso público federal para professores surdos com as seguintes perguntas: Quantos professores surdos efetivos na Universidade? Hoje em dia, até dezembro de 2022, temos 314 professores surdos efetivos nas Universidades e Instituições Federais, conforme a fonte da minha pesquisa atualizada no Excel¹⁶, em que poderão atualizar os dados assim que tomarem a posse. Esse documento garantirá para o resto da vida coletar os dados assim que for atualizando.

16 <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1T78qRXVhIaq0aCHfjlzXlakeJ4z5zJntjKlaszY1Zt0/edit#gid=187171314>

Referências

- BURKE, P. **Variedades da história cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARDOSO JR., H. R. Foucault e Deleuze em co-participação no plano conceitual. In: RAGO, M.; ORLANDI, L. B. L.; VEIGA-NETO, A. (org.). **Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias deleuzeanas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- CHARTIER, R. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.
- DELEUZE, G. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- FENEIS. **Documento 008561/1999** - A educação que nós surdos queremos. Elaborado pela Comunidade Surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino-Americano de Educação Bilíngue para Surdos, realizado em Porto Alegre, na UFRGS, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- PERLIN e REIS, Flaviane. Um olhar sobre nós surdos: leituras contemporâneas. In: PERLIN, Gladis; STUMPF, Marianne (org.). **SURDOS: cultura e transformação contemporânea**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2012.
- SILVA, T.T. A política e a epistemologia do corpo normalizado. **Revista Espaço** informativo técnico científico do INES, Rio de Janeiro, n.8, dez. 1997.
- THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil. **Cadernos de Educação/faculdade de Educação** - UFPeL, Pelotas, RS, v.19, n. 36, p. 107-131, mai.- ago. 2010.
- SKLIAR, Carlos. Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, Carlos (org). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

